

Mark Ramos Kuschick

Presidente nas gestões 1992-1993/1994-1995/1997-1999/2000 – 2001



Eu ingressei no TCE/RS em maio de 1986, e o Ceape tinha 11 meses de existência. Fui conhecendo pouco a pouco a instituição, o número de APEs e OCEs era muito menor, não existiam as Regionais, não havia o prédio anexo, nem o prédio sede estava ampliado, e ainda iam fundar o centro médico. A estrutura do TCE era mais acanhada e o quadro de servidores tinha uma idade média superior da que encontramos hoje. O Tribunal mudou muito nesses 29 anos que estou aqui.

No período que exerci a Presidência do Conselho Diretor, não éramos liberados, seguindo uma tradição de estar na entidade de representação sem sair da linha de trabalho, justamente para não perder o contato do dia a dia com os colegas e a atualidade das demandas. Fiquei um mandato sem liberação ou mais. Mais tarde solicitei minha licença para o exercício de mandato eletivo, conforme lei estadual. Havia a compreensão de que era possível realizar as incumbên-

cias diárias da auditoria e cuidar dos assuntos do Ceape.

Além disso elegíamos colegas para todos os cargos definidos em nossos estatutos, mas a participação dos demais integrantes, mesmo do Conselho Diretor, não ocorria muito. Era difícil compartilhar decisões que diziam respeito à categoria. Quase não havia reuniões com o Conselho Deliberativo, que só em parte se reunia alguma vez ao ano. Os colegas eram sócios regulares, custeavam a existência mo-

O Ceape não tinha sede, os poucos documentos que tínhamos, em algumas pastas, nos acompanhavam por onde fôssemos.

desta de nossa entidade, mas não tínhamos muita vida gremial. O sistema de cobrança era rudimentar e era feito no corpo a corpo mensal. Até conseguir uma autorização para o débito em conta no Banrisul foi uma missa. Era um período em que as remunerações da maioria dos servidores era baixa, exceção era feita aos portadores de FGs

que tinham grandes ganhos. Esses eram servidores fiéis e obedientes ao comando dos conselheiros, que assim construía o apoio aos seus objetivos administrativos, políticos, institucionais. A maioria era excluída e lutava para ser notada e incluída ou abandonava o barco. Havia insatisfação salarial e com a forma de gestão e se acumulavam pressões internas. Escrevíamos nossos relatórios à mão que depois eram repassados aos colegas OCEs para que datilografassem. A informática não havia chegado ao trabalho de auditoria. Isso só ocorreu muito mais tarde.

Anos mais tarde o Tribunal nos ofereceu uma salinha, itinerante, tinha telefone de ramal, melhorou a nossa condição de precariedade, houve também um período que dividimos uma sala com a ASTC. Até que recebemos uma pequena sala ao lado da associação. Tudo isso foi uma melhora, uma evolução em nossa condição organizativa e de representação.

Comparando as gestões daquela época com o presente, a diferença é total, pois não tínhamos nenhum

patrimônio, nenhuma base material nossa. Tínhamos que solicitar permissão para administração do TCE para tudo. Tudo era negociado parcimoniosamente. Nossas principais lutas eram por reajustes salariais no básico que recuperassem as perdas da inflação, sem tocar nas diferenças abissais que havia entre os servidores. As tabelas eram reajustadas parceladas sem mexer nas altas remunerações dos que estavam nos andares superiores da hierarquia. Para a maioria, como hoje, não havia direito a carreira profissional. O servidor médio concursado pode progredir nas letrinhas, com mais ou menos tempo, para os cargos de chefias médias e altas; os critérios claros e republicanos ainda não foram revelados em nossa instituição, o que é muito grave para um órgão de controle externo. Essa falta de transparência, de compartilhamento, com os servidores, dos objetivos, rotas, dos destinos de médio e longo prazo, é um problema antigo.

Creio que o principal legado é ter mantido o Ceape em atuação, quando os fundadores já tinham em sua maioria partido para a aposentadoria. E as novas gerações

não entendiam bem a sua existência. Chegar aos 30 anos é uma proeza.

Acho que agora nossa principal meta é a construção do nosso Sindicato. O mundo, o Brasil, o RS, todas as escalas mudaram muito. O tamanho das lutas e das missões de representação exigem uma

O CEAPE-SINDICATO é uma excelente proposta para organizar e fortalecer a categoria dos APEs, fazê-la avançar, tecnicamente, politicamente, socialmente, exercer a representação com as garantias constitucionais que atualmente não temos.

estrutura sindical para dar consequência aos anseios da categoria. Atribuições claras, autonomia da auditoria pública externa, carreira definida com requisitos claramente estabelecidos, afastando o sistema de compadrio. Lutar para que os servidores participem mais, como grupo profissional, da definição dos objetivos de auditoria. Alterar Lei Orgânica e Regimento do TCE para uma adequada definição dos servidores de nível superior e mé-



Mark participa da formação do Ceape-Sindicato

dio, referindo-os como integrantes do corpo técnico-administrativo, retirando a qualificação de auxiliar e acessório. Aperfeiçoar nosso plano de carreira. São elementos que me ocorrem registrar quando trato de perspectivas. Para que nos possamos crescer profissionalmente precisamos de um Sindicato. O Brasil exige um novo protagonismo dos profissionais do controle externo no Rio Grande do Sul.

